



PREVIDÊNCIA SOCIAL
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

TERMO DE CONTRATO Nº 39/2014
PROCESSO Nº 35335.000283/2014-04
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2014

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL-INSS, POR MEIO DA GERÊNCIA EXECUTIVA DO INSS EM PORTO VELHO, NO ESTADO DE RONDÔNIA, E A EMPRESA E.R.P. DE OLIVEIRA & CIA LTDA – ME, PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E HIGIENIZAÇÃO, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS.

O INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, Autarquia Federal vinculada ao Ministério da Previdência Social - MPS, criado na forma da autorização legislativa contida no artigo 17 da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990 e reestruturado conforme determinação contida no Decreto nº 7.556, de 24 de agosto de 2011, inscrito no CNPJ/MF sob nº 29.979.036/0012-01, por meio de sua Gerência Executiva em Porto Velho/RO, com sede na Av. Campos Sales, 3132 – Olaria – Porto Velho/RO – CEP: 76.801-246, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado pela sua Gerente Executiva, Sr.^a **MÁRCIA CRISTINA PINTO**, designada pela Portaria/INSS/DF nº 302, publicado no DOU nº 187, de 26.09.2008, combinado com o inciso XI, do artigo 1º da Portaria/INSS/PRES nº 1.003, de 17.10.2008, portadora da Cédula de Identidade/RG nº 13.018.040 SSP/SP e CPF nº 056.397.938-05, e a empresa E.R.P. DE OLIVEIRA & CIA LTDA – ME, com sede na Av. Farquar, nº 3470, Bairro: Pedrinhas, na cidade de Porto Velho, Estado de Rondônia, inscrita no CNPJ/MF nº 10.927.661/0001-10, representada neste ato pela sua Proprietária, Sr.^a **ELLEN RUBIA PEREIRA DE OLIVEIRA**, portadora da Cédula de Identidade RG nº 4.537.531, expedida por SSP/GO e CPF/MF nº 751.613.702-20, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, sob a forma de execução indireta, em regime de empreitada por preço global, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo autos Nº 35335.000283/2014-04, pelo qual foi homologado do objeto do Pregão na Forma Eletrônica nº 09/2014 e, em observância ao disposto nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da IN/SLTI/MPOG nº 02 de 30 de abril de 2008 e suas atualizações, da IN nº 01, de 19 de janeiro de 2010, do Decreto nº 6.204, de 5 de setembro de 2007, e aplicando-se subsidiariamente a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, RESOLVEM celebrar o presente Contrato, sob os termos e condições a seguir estabelecidos:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a execução, em regime de empreitada por preço global, pela CONTRATADA, dos serviços de limpeza, conservação e higienização, com fornecimento de todo material necessário, de forma contínua, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, Anexo I, do Edital do Pregão Eletrônico nº 09/2014, com a finalidade de atender às necessidades da Gerência Executiva do INSS em Porto Velho/RO e demais Unidades a ela vinculadas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Integram este Contrato, independente de sua transcrição, o Edital de Licitação e a Proposta da CONTRATADA, datada de 12/11/2014, seus Anexos e demais elementos constantes do referido processo.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O presente Contrato regula-se por suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado e, em especial, o Código Civil – Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 e o Código de Defesa do Consumidor – Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Os serviços serão prestados mensalmente sob a forma de Execução Indireta e pelo regime de Empreitada Por Preço Global.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO CONTRATO

O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA pela execução do objeto deste Contrato, o valor mensal de R\$ 94.860,94 (noventa e quatro mil, oitocentos e sessenta reais e noventa e quatro centavos) e global de R\$ 1.138.331,28 (um milhão, cento e trinta e oito mil, trezentos e trinta e um reais e vinte e oito centavos).

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Quaisquer tributos, encargos, custos ou despesas, diretos ou indiretos, omitidos da proposta da CONTRATADA ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou a qualquer título, devendo o serviço ser cumprido sem ônus adicional ao INSS.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Caso haja equívoco no dimensionamento dos quantitativos da proposta, a CONTRATADA deverá arcar com o ônus decorrente, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente não seja satisfatório para o atendimento ao objeto deste Pregão, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no artigo 57, §1º, da Lei nº 8.666/93 (art. 23, da IN 02/2008).

PARÁGRAFO TERCEIRO – O disposto no parágrafo anterior se aplica ainda que se trate de eventos futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale-transporte (art. 23, §1º, da IN 02/2008).

PARÁGRAFO QUARTO - Os preços constantes da proposta anexa a este contrato são de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

PARÁGRAFO QUINTO – A cotação na planilha de custos e formação de preços de itens concernentes à reserva técnica, supervisão, fiscalização, IRPJ, CSLL, capacitação, treinamento, reciclagem ou congêneres motivará a supressão unilateral do item da planilha e a consequente glosa de todos os pagamentos já realizados para custear esses itens.

PARÁGRAFO SEXTO – Para operacionalização da auto-executoriedade do parágrafo anterior, os valores indevidamente pagos serão glosados/deduzidos durante a execução contratual, quando dos pagamentos ou da repactuação.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários na planilha de custos e formação de preços. Portanto, em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:

a) Cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;

b) Cotação de percentual maior que o adequado: para atender as orientações dos Acórdãos TCU nº 3.037/2009-Plenário, nº 1.696/2010-2ª Câmara, nº 1.442/2010-2ª Câmara e nº 387/2010-2ª Câmara, o excesso será suprimido, unilateralmente, da planilha e haverá glosa/dedução, quando do pagamento ou da repactuação, para fins de total ressarcimento do débito.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DESPESA

A despesa com a execução dos serviços de que trata o objeto, correrá à conta do Orçamento do INSS, para o exercício de 2014, sob a seguinte classificação: - Programa de Trabalho: 09.271.2061.2593.0001; Natureza da Despesa: 3390.37.00; Plano Interno: LIMP.

PARÁGRAFO ÚNICO – A despesa para os exercícios subsequentes, quando for o caso, será alocada à dotação orçamentária prevista para atendimento desta finalidade, a ser consignada ao INSS, pela Lei Orçamentária Anual.

CLÁUSULA QUARTA – DO EMPENHO DA DESPESA

Os recursos necessários ao atendimento da despesa inerente ao presente Contrato estão regularmente inscritos na Nota de Empenho nº 2014NE800749, de 19/12/2014, no valor de R\$ 2,00 (dois reais), correspondente ao período do exercício em curso.

PARÁGRAFO ÚNICO - Se a vigência contratual estender-se para o exercício subsequente, será emitida nova nota de empenho.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste Contrato é de 21/12/2014 a 20/12/2015, correspondente a 12 (doze) meses, com eficácia após a publicação do seu extrato no Diário Oficial da União.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A critério do CONTRATANTE e com a anuência da CONTRATADA, este Contrato pode ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, mediante Termo Aditivo, até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que comprovada a vantagem para a Administração das condições e dos preços contratados por meio de prévia pesquisa de mercado.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Em caráter excepcional, devidamente justificado no processo e mediante autorização da autoridade superior (indicar a autoridade), o prazo de que trata o parágrafo anterior poderá ser prorrogado em até 12 (doze) meses, na forma estabelecida no art. 57, § 4º, da Lei nº 8.666/93.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Nas contratações de serviço continuado, a CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual, que objetiva a obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, conforme estabelece o art. 57, inciso II da Lei nº 8.666, de 1993.

PARÁGRAFO QUARTO - A prorrogação somente poderá ocorrer desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:*

- I - os serviços tenham sido prestados regularmente;*
- II - a Administração mantenha interesse na realização do serviço;*
- III - o valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração; e*

IV- a contratada manifeste expressamente interesse na prorrogação.*

PARÁGRAFO QUINTO – A vantajosidade econômica para prorrogação será aferida mediante pesquisa de preços de mercado, que poderá ser dispensada, nos termos do art. 30-A, §2º, da Instrução Normativa SLTI nº 02/2008 e da Cláusula Décima Quarta deste Contrato.*

PARÁGRAFO SEXTO - Quando da prorrogação contratual, o INSS:

I - Realizará pesquisas de preços de mercado e de preços contratados por outros órgãos e entidades da Administração Pública e assegurar-se-á de que os preços contratados continuem compatíveis com aqueles praticados no mercado, de forma a garantir a continuidade da contratação mais vantajosa, em relação à realização de uma nova licitação;

II - Realizará a negociação contratual para a redução/eliminação dos custos fixos ou variáveis não renováveis que já tenham sido amortizados ou pagos no primeiro ano da contratação;

III - A pelo menos 60 (sessenta) dias do término da vigência deste instrumento, o INSS expedirá comunicado à CONTRATADA para que esta manifeste, dentro de 03 (três) dias, contados do recebimento da consulta, seu interesse na prorrogação do atual Contrato;

IV - Se positiva a resposta da CONTRATADA, o INSS providenciará, no devido tempo, o respectivo Termo Aditivo;

V - Esta resposta terá caráter irretratável e, portanto, a CONTRATADA dela não poderá, após expressa manifestação neste sentido, alegar arrependimento para reformular a sua decisão;

VI - Eventual desistência da CONTRATADA após expressa manifestação de interesse na prorrogação contratual ensejará pelo INSS a devida aplicação de penalidade, nos termos da Cláusula Décima Quinta, inciso IV, do presente Contrato;

VII - Caso a CONTRATADA manifeste, num primeiro momento, por não ter interesse em prorrogar o Contrato e posteriormente venha a se retratar, demonstrando vontade de prorrogá-lo, fica a critério do INSS, como faculdade e prerrogativa, proceder à prorrogação ou dar curso a novo processo de licitação.

PARÁGRAFO SÉTIMO – O INSS não prorrogará o Contrato quando:

I - os preços estiverem superiores aos estabelecidos como limites pelas Portarias do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, admitindo-se a negociação para redução de preços; ou

II – a CONTRATADA tiver sido declarada inidônea pela Administração Pública, impedida de participar de procedimentos licitatórios ou contratar no âmbito da Administração Pública Federal ou, ainda, suspensa no âmbito do INSS, enquanto perdurarem os efeitos.*

PARÁGRAFO OITAVO* A prorrogação do Contrato, quando demonstrada a vantajosidade para o INSS, deverá ser promovida mediante celebração de Termo Aditivo, o qual deverá ser submetido à aprovação da consultoria jurídica.

CLÁUSULA SEXTA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do INSS, contados da data da assinatura do contrato, o licitante vencedor prestará garantia de 5% (cinco por cento) sobre o valor global do contrato, podendo optar por quaisquer das seguintes modalidades (§ 1º do art. 56 da Lei nº 8.666/93):*

I - Caução em Dinheiro – a garantia em dinheiro deverá ser efetuada, obrigatoriamente, na Caixa Econômica Federal (Decreto-Lei nº 1.737/79, art. 1º, inciso IV), pelo interessado, em conta específica em favor do contratante, com correção monetária, vinculada ao INSS;*

II – Caução em Títulos da Dívida Pública – o depósito em títulos da dívida pública será efetuado em conta de custódia, aberta na Caixa Econômica Federal, vinculada ao INSS, devidamente escriturados em sistema centralizado de liquidação e custódia, considerados, obrigatoriamente, por seu valor econômico informado pelo Tesouro Nacional;*

III – Fiança Bancária – será realizada mediante entrega de carta de fiança fornecida por estabelecimento bancário, devidamente registrada em cartório de registro de títulos e documentos, conforme determinado pela Lei nº 6.015/73, art. 129 e deverá vir acompanhada de:*

- a) cópia autenticada do estatuto social do banco;*
- b) cópia autenticada da ata da assembleia que elegeu a última diretoria do banco;*
- c) cópia autenticada do instrumento de procuração, em se tratando de procurador do banco;*
- d) reconhecimento de firmas das assinaturas constantes da carta de fiança.*

IV – Seguro Garantia – será realizado mediante a entrega da apólice, inclusive digital, emitida por empresa em funcionamento no Brasil, legalmente autorizada, sendo o INSS o único beneficiário do seguro.*

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Na Fiança Bancária, deverá constar do instrumento a expressa renúncia pelo fiador dos benefícios previstos nos artigos 827 e 835 do Código Civil Brasileiro.*

PARÁGRAFO SEGUNDO - A garantia prestada por fiança bancária ou seguro-garantia deverá ser renovada anualmente, no mesmo percentual estipulado no subitem 18.1, devidamente atualizada.*

PARÁGRAFO TERCEIRO - A modalidade seguro-garantia ou fiança bancária somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no subitem 18.2.*

PARÁGRAFO QUARTO - A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:*

- a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;*
- b) prejuízos causados à Administração ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;*
- c) multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e*
- d) obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada.*

PARÁGRAFO QUINTO - O INSS não executará a garantia nas seguintes hipóteses:*

- a) caso fortuito ou força maior;*
- b) alteração, sem prévia anuência da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais;*
- c) descumprimento das obrigações pela contratada decorrente de atos ou fatos da Administração; ou*
- d) prática de atos ilícitos dolosos por servidores da Administração.*

PARÁGRAFO SEXTO - A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento);*

PARÁGRAFO SÉTIMO - Atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993.*

PARÁGRAFO OITAVO - A garantia deve ter validade durante a execução do contrato e 3 (três) meses após o término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação e complementada a cada alteração contratual que implique em alteração do valor da contratação.*

PARÁGRAFO NONO - Caso o pagamento das verbas rescisórias trabalhistas e previdenciárias decorrentes da contratação não seja comprovado até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência do contrato, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas diretamente pelo INSS.*

PARÁGRAFO DÉCIMO - A garantia deverá ser integralizada, no prazo máximo de 10 (dez) dias, sempre que dela forem deduzidos quaisquer valores ou quando houver alteração para acréscimo de objeto.*

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - A garantia será considerada extinta:*

- a) com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que a contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato; e*
- b) após o término da vigência do contrato acrescido de 3 (três) meses.*

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - O prazo de extinção da garantia poderá ser estendido em caso de ocorrência de sinistro.*

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO A perda da garantia em favor do INSS, em decorrência de rescisão unilateral do contrato, far-se-á de pleno direito, independentemente de qualquer procedimento judicial e sem prejuízo das demais sanções previstas no contrato.*

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - Não serão admitidas outras hipóteses de não execução da garantia, que não as previstas no subitem acima.*

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos ou aplicar sanções à contratada.*

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO A garantia somente será liberada após o perfeito e integral cumprimento do contrato, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data do

adimplemento de todas obrigações contratuais, incluindo o pagamento das verbas rescisórias trabalhistas e previdenciárias.*

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO - A CONTRATADA autoriza o INSS a reter, a qualquer tempo, a garantia na forma prevista nesta Cláusula Contratual.*

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

A descrição dos serviços consta do Termo de Referência - Anexo I do Edital.

CLÁUSULA OITAVA - DOS LOCAIS ONDE SERÃO EXECUTADOS OS SERVIÇOS

A CONTRATADA prestará os serviços de limpeza e conservação em todos os prédios desta Gerência Executiva:

LOCAL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS	ÁREA INTERNA M²	ÁREA EXTERNA M²	ÁREA DE ESQUADRIA EXTERNO C/ RISCO M²	ÁREA DE ESQUADRIA EXTERNA S/ RISCO M²	ÁREA DE ESQUADRIA EXTERNA FACE INTERNA M²
Gerência Executiva de Porto Velho/RO Av. Campos Sales, 3132 - Olaria - Porto Velho/RO	3.075,88	831,03	197,26	28,37	225,63
Antiga Sede da PFE/INSS/RO Rua José de Alencar, 2094 - Centro - Porto Velho/RO	600,00	0,00	42,35	0	0
Arquivo Geral Av. Nações Unidas, 1445 - Roque - Porto Velho/RO	2.131,04	0,00	63,00	73,50	73,50
APS Porto Velho Av. Gov. Jorge Teixeira c/ Av. Dos Imigrantes, 3325, Costa e Silva - Porto Velho/RO	1.310,00	4.687,83	0,00	332,59	332,59
APS Ariquemes Av. JK esquina c/ Rua União, Lote 4-D, Setor Institucional - Ariquemes/RO	824,00	626,00	0,00	153,84	153,84
APS Jaru Av. Rio Branco, 1821 - Jaru/RO	600,00	0,00	63,32	0,00	0,00
APS Ouro Preto do Oeste Rua Duque de Caxias, 1378 - Ouro Preto do Oeste/RO	880,80	0,00	50,28	62,35	112,63
APS Ji-Paraná Av. Presidente Vargas, 1035 - Ji-Paraná/RO	1.160,10	472,75	187,63	120,00	307,63
APS Cacoal Av. General Osório, 500 - Cacoal/RO	713,31	516,69	0,00	175,08	175,08
APS Rolim de Moura Rua Rio Branco, 4466 - Rolim de Moura/RO	777,90	186,07	67,78	58,58	126,36
APS Pimenta Bueno Av. Castelo Branco, 460 - Pimenta Bueno/RO	600,00	0,00	0,00	0,00	0,00
APS Vilhena Av. Rony de Castro Pereira, 3927 - Vilhena/RO	920,96	530,00	35,00	30,95	65,95
APS Colorado do Oeste Rua Potiguar, 3914 - Colorado do Oeste/RO	606,69	375,48	0,00	87,74	87,74
APS Guajará-Mirim Av. Dr. Mendonça Lima, 1524 - Guajará-Mirim/RO	600,00	0,00	0,00	0,00	0,00
APS Machadinho do Oeste Rua Diomero Moraes Borba, 3180 - Machadinho do Oeste/RO	600,00	0,00	0,00	0,00	0,00
APS Nova Brasilândia do Oeste	600,00	0,00	0,00	0,00	0,00



PREVIDÊNCIA SOCIAL
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Av. JK, 3674 – Nova Brasilândia do Oeste/RO					
APS Espigão do Oeste Rua Acre, 2811 – Espigão do Oeste/RO	330,00	529,54	0,00	73,22	73,22
APS Presidente Médici Av. Porto Velho, 1123 – Presidente Médici/RO	330,00	761,63	0,00	73,22	73,22
APS Alta Floresta do Oeste Av. Brasil, 3374 – Alta Floresta do Oeste/RO	330,00	651,28	0,00	73,22	73,22
APS Buritis Rua Alto Alegre dos Parecis, s/n	330,00	815,52	0,00	73,22	73,22
APS Nova Mamoré Rua Desidécio Lopes, s/n – Nova Mamoré/RO	330,00	551,74	0,00	73,22	73,22
APS São Miguel do Guaporé Av. 16 de junho c/ Av. Noroeste, s/n – São Miguel do Guaporé/RO	330,00	628,43	0,00	73,22	73,22
TOTAL	17980,68	12163,99	706,62	1562,32	2100,27

PARÁGRAFO PRIMEIRO – As APS de Ariquemes, Ji-Paraná e Porto Velho estão em obras de construção e reforma, sendo que as mesmas estão instaladas em imóveis locados, cujas áreas constam abaixo:

APS Ariquemes – 600m² de área interna - Av. Canaã nº 2840 – Setor 01 – Ariquemes/RO

APS Ji-Paraná – 1050,92m² de área interna, 27,81m² esq. externa face externa c/ risco, 42,75m² face externa s/ risco, 70,56m² face interna.

APS Porto Velho – 817,80m² de área interna, 11,68m² esq. externa face externa c/ risco, 18,79m² face externa s/ risco, 30,47m² face interna - Av. Rio Madeira, 2707 – Embratel – Porto Velho/RO.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Portanto, o contrato abrange a área dos imóveis próprios quando estiverem prontos, porém serão faturados de acordo com o imóvel que as Agências estão efetivamente instaladas.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Atualmente a Gerência Executiva do INSS em Porto Velho/RO mantém o contrato 06/2014 para execução dos serviços objeto deste contrato cuja rescisão se dará em 09/01/2015, portanto o início de execução dos serviços e, consequentemente, do faturamento do presente contrato se dará a partir de 12/01/2015.

CLÁUSULA NONA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Cabe à CONTRATADA a perfeita execução do objeto contratado dentro das exigências da Lei nº 8.666/93, da boa-fé exigida na norma civil e ainda:

- a) A CONTRATADA não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente o objeto contratado sem anuência do contratante;
- b) No caso de fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA, o INSS deverá ser comunicado por escrito sobre estas mudanças, e só aceitará a nova empresa se destas transformações não resultarem prejuízos à execução dos serviços, mantidas as condições de habilitação e a manutenção das condições estabelecidas no Contrato original;
- c) Assumir a responsabilidade e o ônus pelo recolhimento de todos os impostos, taxas, tarifas, contribuições ou emolumentos federais, estaduais e municipais, seguro de

acidente do trabalho, que incidam ou venham a incidir sobre os serviços objeto do Contrato e apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitados pelo CONTRATANTE, exceto com relação aos tributos e contribuições que serão recolhidos pelo CONTRATANTE no ato do pagamento;

d) Elaborar Folha de Pagamento e Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social, distintas e exclusivas para os seus empregados cuja mão-de-obra será cedida ao CONTRATANTE para execução dos serviços objeto do Contrato, na forma da Lei nº 8.212, de 24 de junho de 1.991 e alterações posteriores, Decreto nº 3.048, de 06 de maio de 1999 e alterações e Instrução Normativa RFB Nº 971, DE 13 de novembro de 2009 ou outra norma que a substitua;

e) Assumir a responsabilidade pelo bom desempenho de seu pessoal e providenciar para que todos os seus empregados, nos locais de trabalho, cumpram as normas internas do CONTRATANTE;

f) A CONTRATADA é responsável pela formação e reciclagem dos seus empregados, utilizados na execução dos serviços, em conformidade com as normas que regulam a atividade devendo, quando requerido pelo CONTRATANTE, apresentar a comprovação de habilitação dos empregados;

g) Zelar pela discrição e integridade durante a execução dos serviços;

h) Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sob todo e qualquer assunto de interesse do CONTRATANTE ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto desse contrato, devendo orientar os empregados nesse sentido;

i) Assegurar ao CONTRATANTE o direito de fiscalizar, sustar, recusar, mandar desfazer ou refazer qualquer serviço que não esteja de acordo com a técnica atual, normas ou especificações que atentem contra a sua segurança ou de terceiros, ficando certo que, em nenhuma hipótese, a falta de fiscalização do CONTRATANTE eximirá a CONTRATADA de suas responsabilidades provenientes do Contrato;

j) Caso a CONTRATADA tenha que refazer qualquer serviço não executado a contento, correrão por sua conta as necessárias despesas;

k) Assumir a responsabilidade integral e ilimitada pela vinculação trabalhista, exclusiva dos seus empregados, no desempenho dos serviços objeto do Contrato, nas dependências do CONTRATANTE;

l) A CONTRATADA deverá apresentar mensalmente ao CONTRATANTE, sempre por escrito, a relação dos seus empregados que executarão os serviços objeto do Contrato, procedendo de igual forma nos casos de substituição;

m) A CONTRATADA é a única responsável por quaisquer acidentes de que possam ser vítimas os seus empregados ou prepostos no desempenho dos serviços relativos ao Contrato;

n) Fornecer ao CONTRATANTE ou seu preposto, toda e qualquer informação que lhe seja solicitada sobre o objeto da contratação, bem como, facilitar-lhe a fiscalização da execução dos serviços, cuja omissão na fiscalização não diminui ou substitui a responsabilidade da empresa, decorrente das obrigações pactuadas;

o) A CONTRATADA deverá manter disponibilidade de efetivo dentro dos padrões desejados, para atender eventuais acréscimos solicitados pelo CONTRATANTE, bem

como impedir que a mão de obra que cometer falta disciplinar qualificada como de natureza grave, seja mantida ou retorne às instalações do CONTRATANTE;

p) O CONTRATANTE poderá exigir da CONTRATADA o imediato afastamento de qualquer empregado ou preposto da mesma, que não mereça a sua confiança ou embarace a fiscalização ou, ainda, que se conduza de modo inconveniente ou incompatível com o exercício das funções que lhe foram atribuídas, bem como o que apresente qualificação inadequada ou inabilitada para prestação dos serviços;

q) A CONTRATADA obriga-se a relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade observada durante a execução dos serviços;

r) A CONTRATADA obriga-se a apresentar, previamente, se assim exigida pelo CONTRATANTE, a documentação que julgar necessária para comprovação da idoneidade e da qualificação profissional da mão de obra indicada para prestação dos serviços, inclusive carteira profissional devidamente preenchida, carteira de saúde atualizada periodicamente e ficha individual completa, da qual constarão todos os elementos necessários à perfeita identificação de cada profissional;

s) À CONTRATADA fica expressamente proibido o aproveitamento de servidores do INSS, para execução dos serviços objeto do Contrato;

t) A CONTRATADA prestará todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo CONTRATANTE, a cujas reclamações se obriga a atender prontamente;

u) A CONTRATADA se obriga a operar e agir com organização completa, fornecendo a mão de obra necessária à execução dos serviços objeto do Contrato, realizando, também, todas as atividades inerentes à direção, coordenação, fiscalização, administração e execução dos serviços;

v) Apresentar, até a data prevista para implantação dos serviços, planilha contendo as seguintes informações acerca dos seus funcionários: nome completo, CPF, função, salário, adicionais, gratificações, benefícios (vale transporte, auxílio alimentação, etc.), horário de trabalho, férias, faltas, ocorrências, bem como, apresentar cópia das Carteiras de Trabalho e Previdência Social (CTPS);

w) Apresentar mensalmente: a relação de empregados alocados à execução do serviço contratado; a prova de regularidade para com a Seguridade Social, em observância ao art. 195, § 3º da Constituição Federal, sob pena de rescisão contratual; recolhimento do FGTS, referente ao mês anterior; pagamento de salários no prazo previsto em Lei, referente ao mês anterior; fornecimento de vale transporte e auxílio alimentação quando cabível; pagamento do 13º salário; concessão de férias e correspondente pagamento do adicional de férias, na forma da Lei;

x) Apresentar mensalmente ao CONTRATANTE o controle diário de frequência;

y) Para efetivação da assinatura do Contrato e suas possíveis prorrogações, necessário se faz que o licitante vencedor comprove o encaminhamento ao Ministério do Trabalho e Emprego das informações trabalhistas exigidas pela legislação, tais como: a RAIS e a CAGED, de cada trabalhador disponibilizado para os serviços contratados com o INSS;

z) A cada contratação, dispensa, ou pedido de demissão dos empregados alocados à execução do serviço contratado, apresentar as carteiras com os devidos registros e, no caso do fim da relação de emprego, apresentar o comprovante do pagamento da rescisão devidamente homologada conforme legislação vigente;

aa) Pagar os salários dos empregados e apresentar mensalmente a folha de pagamento com o comprovante dos depósitos dos trabalhadores relacionado ao, via depósito bancário na conta do trabalhador, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte do INSS;

ab) Arcar com o ônus decorrente de equívoco no dimensionamento dos quantitativos da proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no artigo 57, §1º, da Lei nº 8.666/93 (art. 23, da IN 02/2008);

ac) Arcar com o ônus decorrente de equívoco, conforme inciso anterior, ainda que se trate de eventos futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale-transporte (art. 23, §1º, da IN 02/2008);

ad) Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;

ae) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Administração

af) Responder por todo e qualquer dano que causar ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrente de culpa ou dolo, por ato praticado por seus prepostos, empregados ou mandatários, durante a execução dos serviços estipulados neste Termo de Referência, eximindo o CONTRATANTE de qualquer responsabilidade;

ag) Eximir-se de divulgar e fornecer dados ou informações obtidas em razão do contrato, bem como utilizar o nome do INSS para fins comerciais ou em campanhas e material de publicidade, sem autorização prévia;

ah) Os funcionários ou prepostos da empresa CONTRATADA deverão apresentar-se nos locais de execução dos serviços, devidamente uniformizados e identificados com crachás contendo foto recente;

ai) Responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas disciplinares determinadas pela Administração;

aj) Cumprir quaisquer formalidades e pagar as multas porventura impostas pelas autoridades competentes, decorrentes da inexecução do objeto ora contratado;

ak) Facilitar e permitir ao CONTRATANTE a qualquer momento, a realização de vistoria e acompanhamento do cumprimento do objeto do Contrato, sem que isso incorra em isenção de responsabilidade da CONTRATADA, assegurado, a qualquer tempo, o direito à plena fiscalização dos serviços licitados, permitindo o livre acesso dos gestores/co-gestores a todo o local de execução dos serviços, a toda documentação correlata, permitir a retirada de documentos para diligências pelos gestores/co-gestores, tudo independentemente de prévia comunicação à CONTRATADA;

al) Manter durante toda a vigência do Contrato e até 03 (três) meses após o término da sua vigência, a garantia integralizada, reforçando-a ou reconstituindo-a quando se fizer necessário;

am) Manter-se em compatibilidade com as obrigações assumidas e com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital;

an) Arcar com os ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de ato danoso, seja por culpa sua ou de quaisquer de seus empregados ou prepostos, obrigando-se, outrossim, a quaisquer responsabilidades decorrentes de ações ju-

diciais ou extrajudiciais de terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da lei, ligadas ao cumprimento do Contrato a ser firmado;

ao) Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato;

ap) Realizar suas atividades utilizando profissionais qualificados e em número suficiente, cabendo-lhe total e exclusiva responsabilidade pelo integral atendimento de toda a legislação pertinente aos serviços prestados e que lhe atribua obrigações, com ênfase tributária, civil, previdenciária e trabalhista;

aq) Fazer seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, responsabilizando-se por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, garantindo que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE;

ar) Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do INSS;

as) Exercer controle sobre a assiduidade e a pontualidade de seus empregados, bem como as ocorrências havidas;

at) A optante pelo Simples Nacional, contratada para execução de objeto contratual que acarrete sua vedação à permanência no regime especial de arrecadação, deverá comunicar sua exclusão à Receita Federal do Brasil tempestivamente (arts. 17, XII, 30, II, e 31, II, da Lei Complementar nº 123);

au) A CONTRATADA deverá apresentar comprovação de entrega tempestiva de sua comunicação de exclusão do SIMPLES Nacional ao INSS, sob pena da aplicação da multa prevista na tabela penalidades;

av) A CONTRATADA cumprirá todas as normas estabelecidas pelos órgãos governamentais competentes, em especial a Norma Regulamentadora número 6, do Ministério do Trabalho, atentando para o disposto no subitem 6.5, quanto à recomendação do EPI adequada ao risco existente em cada atividade envolvida na execução do Contrato;

aw) Manter todos os equipamentos e utensílios necessários à execução dos serviços, em perfeitas condições de uso, devendo os danificados serem substituídos em até 24 (vinte e quatro) horas. Os equipamentos elétricos devem ser dotados de sistemas de proteção, de modo a evitar danos à rede elétrica;

ax) Identificar todos os equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade, tais como: aspiradores de pó, enceradeiras, mangueiras, baldes, carrinhos para transporte de lixo, escadas, etc., de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da Administração;

ay) Implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma metódica e constante, mantendo sempre em perfeita ordem, todas as dependências objeto dos serviços;

az) Nomear encarregados responsáveis pelos serviços, com a missão de garantir o bom andamento dos mesmos, fiscalizando e ministrando a orientação necessária aos executantes dos serviços. Estes encarregados terão a obrigação de reportarem-se, quando houver necessidade, ao responsável pelo acompanhamento dos serviços da Administração e tomar as providências pertinentes para que sejam corrigidas todas as falhas detectadas;



- ba)** Responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas disciplinares determinadas pela Administração;
- bb)** Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados, acidentados ou com mal súbito, por meio de seus encarregados;
- bc)** Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Administração;
- bd)** Registrar e controlar, juntamente com o preposto da Administração, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências havidas;
- be)** Fazer seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, responsabilizando-se, também, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do Contrato, conforme exigência legal;
- bf)** Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, inclusive sacos plásticos para acondicionamento de detritos, e equipamentos, ferramentas e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- bg)** Observar conduta adequada na utilização dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios, objetivando a correta execução dos serviços;
- bh)** Os serviços deverão ser executados em horários que não interfiram com o bom andamento da rotina de funcionamento da Administração;
- bi)** Adotar boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/menor poluição, tais como: racionalização de substâncias potencialmente tóxicas/poluentes; substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade; racionalização/economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água; treinamento/capacitação dos empregados, nos três primeiros meses de execução contratual e periodicamente, sobre boas práticas de redução de desperdício/poluição e reciclagem/destinação adequada dos resíduos sólidos gerados nas atividades de limpeza, asseio e conservação;
- bj)** Utilizar lavagem com água de reuso ou outras fontes, sempre que possível (águas de chuva, poços cuja água seja certificada de não contaminação por metais pesados ou agentes bacteriológicos, minas e outros);
- bk)** Desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, tais como pilhas e baterias dispostas para descarte que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos, aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores;
- bl)** Tratamento idêntico deverá ser dispensado a lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis em geral. Estes produtos, quando descartados, deverão ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica;
- bm)** A CONTRATADA deverá encaminhar os pneumáticos inservíveis abandonados ou dispostos inadequadamente aos fabricantes para destinação final, de forma ambientalmente adequada, tendo em vista que pneumáticos inservíveis abandonados ou dispostos inadequadamente constituem passivo ambiental, que resulta em sério risco ao meio ambiente e à saúde pública. Esta obrigação atende à Resolução CONAMA nº 258, de 26 de agosto de 1999;

bn) Realizar a separação dos resíduos recicláveis descartáveis pelo CONTRATANTE, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 03 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;

bo) Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

bp) Arcar com o ônus de todo o material necessário para a limpeza, conservação, higienização e desinfecção, atendendo às classificações e especificações determinadas pela ANVISA, fornecendo permanentemente, com a frequência que as circunstâncias o exigirem, os seguintes materiais: água sanitária, álcool, algodão, aspirador de pó, EQUIPAMENTO PRÓPRIO para limpar as longarinas, balde, ceras, desinfetantes, detergentes, enceradeiras, esponja, flanela para limpeza, limpa-vidros, luva para limpeza, pá de lixo, palha de aço, pano, papel higiênico branco e de boa qualidade, potassa, removedor, rodo, sabão em barra, sabão líquido, sabonete líquido para saboneteira, saco para embalagem ou limpeza, saponáceo, toalha de papel branco de alta absorção e de primeira qualidade, trincha, vassoura, vassourinha, mangueira, escada, etc.;

bq) As saboneteiras (reservatório) para sabonete líquido e os toalheiros deverão ser fornecidos e instalados pela CONTRATADA, em todos os sanitários existentes nas dependências do INSS;

br) Fornecer papel higiênico branco de boa qualidade folha dupla, sabonete líquido e papel toalha branco de boa qualidade em quantidade e qualidade necessárias;

bs) Finda a limpeza, deverão ser recolocados rigorosamente em seus devidos lugares todas as peças e mobiliários existentes, principalmente cadeiras, lixeiras, mesas, aparelhos telefônicos, armários, etc.;

bt) Observar a proporção mínima de 01 (um) encarregado para cada 30 (trinta) serventes em todas as áreas. Para a área de fachada envidraçada - face externa, adotar-se-á a proporção de 01 (um) encarregado para cada 04 (quatro) serventes.

bu) Viabilizar, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços, a emissão do Cartão Cidadão expedido pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados;*

bv) Viabilizar, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços, o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas;*

bw) Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para obtenção de extrato de recolhimento sempre que solicitado pela fiscalização;

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Em caso de impossibilidade de cumprimento da obrigação de pagar os salários dos empregados por meio de depósito bancário, na conta dos empregados, em agências situadas na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração possa verificar a realização do pagamento.*

PARÁGRAFO SEGUNDO* - Ocorrendo mudanças de pontos de atendimento dentro da mesma localidade, durante a vigência do contrato, a CONTRATADA ficará obrigada a

executar os serviços nos novos endereços, arcando com todas as despesas decorrentes de desinstalação, transporte e reinstalação dos equipamentos, sem quaisquer ônus para o CONTRATANTE e mediante simples comunicação por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Cabe ao CONTRATANTE, além dos encargos previstos na Lei nº 8.666/93, as seguintes obrigações:

- a) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, por servidor especialmente designado, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93 e da IN/SLTI/MP nº 02 de 30.04.2008;
- b) Permitir acesso dos empregados da contratada as suas dependências para execução dos serviços;
- c) Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA ou por seus prepostos;
- d) Efetuar o pagamento mensal devido pela execução do serviço, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do contrato;
- e) Comunicar oficialmente à CONTRATADA quaisquer falhas verificadas no cumprimento do contrato, aplicando as sanções cabíveis, previstas no edital e seus anexos;
- f) Proporcionar à CONTRATADA as facilidades e as informações necessárias a fim de que possa desempenhar normalmente os serviços contratados;
- g) Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do Contrato, em especial, aplicação de sanções, alterações e revisões do Contrato;
- h) Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear o Contrato;
- i) Não remover e manter visível a placa de identificação e marca dos equipamentos de propriedade da CONTRATADA;
- j) Notificar incontinenti, à CONTRATADA, qualquer violação ou tentativa de violação por parte de terceiros dos direitos de propriedade da CONTRATADA, sobre os equipamentos disponibilizados para os serviços;
- k) Responder por todos os danos e prejuízos decorrentes da utilização dos equipamentos de propriedade da contratada causados por servidor do INSS, resultante do não cumprimento de qualquer cláusula ou condição do contrato, desde que devidamente comprovados;
- l) Aplicar à CONTRATADA as sanções regulamentares e contratuais;
- m) Disponibilizar instalações sanitárias;
- n) Destinar local para guarda dos saneantes domissanitários, materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

O acompanhamento e fiscalização da execução do Contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento das obrigações pactuadas, e serão exercidos por um representante da Administração, especialmente designado na forma dos arts. 67 da Lei 8.666/93 e do art. 6º do Decreto nº 2.271/97 e IN/SLTI/MP nº 02, de 30.04.2008.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Ao gestor caberá o ateste das faturas dos serviços prestados, desde que cumpridas a exigências estabelecidas neste Contrato e no Edital de licitação com seus anexos.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O ateste de conformidade dos serviços executados cabe ao titular do setor responsável pela fiscalização do serviço ou a outro servidor designado para esse fim.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Para fins do disposto nesta Cláusula, poderão ser designados, como auxiliares, servidores lotados em cada uma das Unidades vinculadas à GEX Porto Velho/RO onde o serviço for prestado, aos quais caberá elaborar relatório mensal, dirigido ao gestor do Contrato, acerca da conformidade da prestação dos serviços na localidade da lotação.

PARÁGRAFO QUARTO – O acompanhamento e a fiscalização do Contrato serão processados nos termos dos arts. 31 a 34 da IN/SLTI/MP nº 2/2008.

PARÁGRAFO QUINTO – O gestor do Contrato pode sustar qualquer trabalho que esteja em desacordo com o especificado, sempre que essa medida se tornar necessária.

PARÁGRAFO SEXTO – A análise prévia da documentação fiscal, trabalhista e previdenciária caberá ao gestor do Contrato.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A fiscalização dos contratos, no que se refere ao cumprimento das obrigações trabalhistas será realizada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.*

PARÁGRAFO OITAVO - A CONTRATADA deverá apresentar os seguintes documentos:*

I) no primeiro mês da prestação dos serviços, e sempre que houver admissão de novos empregados:*

1. relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;*
2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada; e*
3. exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços;*

II) até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade dos mesmos no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF:*

1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;*
2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;*
3. certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;*
4. Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e*
5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;*

III) quando solicitado pela Administração, de quaisquer dos seguintes documentos:*

1. extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração contratante;*
2. cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador o órgão ou entidade contratante;*
3. cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;*
4. comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de convenção ou acordo coletivo de trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e*
5. comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato;*

IV) quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:*

1. termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;*
2. guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;*
3. extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado; e*
4. exames médicos demissionais dos empregados dispensados.*

PARÁGRAFO NONO - Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais trabalhistas exigidos poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.*

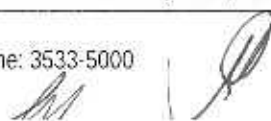
PARÁGRAFO DÉCIMO - A Administração deverá analisar a documentação solicitada no inciso IV do Parágrafo anterior no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.*

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Caberá também ao Gestor ou Fiscal do Contrato:*

- I - comunicar ao Ministério da Previdência Social e à Receita Federal do Brasil-RFB qualquer irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias.*
- II - comunicar ao Ministério do Trabalho e Emprego - MTE qualquer irregularidade no recolhimento do FGTS dos trabalhadores terceirizados.*

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pelo contratado poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.*

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - Até que a contratada comprove o disposto no caput, o órgão ou entidade contratante deverá reter a garantia prestada e os valores das faturas correspondentes a 1 (um) mês de serviços, podendo utilizá-los para o pagamento direto aos trabalhadores no caso de a empresa não efetuar os pagamentos em até 2 (dois) meses do



encerramento da vigência contratual, conforme previsto no instrumento convocatório e nos incisos IV e V do art. 19-A da Instrução Normativa/SLTI/MP nº 2/2008.*

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO

A Contratada emitirá Fatura/Nota Fiscal mensal relativa à execução dos serviços prestados, devendo ser considerado para o cálculo do faturamento o período compreendido entre o dia 21 de um mês até o dia 20 do mês subsequente, data em que a fatura deverá ser apresentada para pagamento. Exemplo: mês de referência 02/2014, período apurado 21/01 a 20/02.

O pagamento será efetuado mensalmente até o 10º (décimo) dia útil, a contar da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, conforme disposto no artigo 36 da Instrução Normativa nº 02/2008, por meio de ordem para depósito em conta-corrente da CONTRATADA, após a apresentação dos seguintes documentos:

a) Nota Fiscal/Fatura discriminativa, em 02 (duas) vias, devidamente atestada, pelo setor competente, de que os serviços foram executados a contento, após apresentação dos documentos abaixo relacionados:

a.1)* Comprovante da manutenção das condições da habilitação*, constatada por meio de consulta "on line" ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e do Tribunal Superior do Trabalho, ou na impossibilidade de acesso aos referidos Sistemas, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou a documentação mencionada no art. 29 da Lei 8.666/93;*

a.2)* Relatório Mensal dos Serviços Executados *

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Para o atesto da fatura mensal pela fiscalização a contratada deverá apresentar a documentação que comprove os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, conforme solicitado pela CONTRATANTE.*

PARÁGRAFO SEGUNDO – A retenção ou glosa no pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis, só deverá ocorrer quando o contratado:*

I - não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou*

II - deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.*

PARÁGRAFO TERCEIRO – Na hipótese da não apresentação da documentação nos termos do Parágrafo Oitavo da CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO, exceto aqueles que comprovem o pagamento de salários e demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, a CONTRATANTE, sem prejuízo do pagamento, poderá conceder o prazo de 5 (cinco) dias úteis para que a contratada regularize a situação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir a situação.*

PARÁGRAFO QUARTO - Verificada a não manutenção das condições de habilitação pelo contratado, perante o SICAF e TST, sem prejuízo do pagamento, a CONTRATANTE notificará, por escrito, a CONTRATADA da ocorrência, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação, promova a regularização ou apresente sua

defesa, sob pena de rescisão do contrato. (INSTRUÇÃO NORMATIVA/SLTI/MP Nº 4, DE 15 DE OUTUBRO DE 2013 e Lei nº 12.440, de 11 de julho de 2011) *

PARÁGRAFO QUINTO - Quando do encerramento do contrato, até que a contratada comprove o pagamento das verbas rescisórias ou que os empregados tenham sido realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho, o INSS reterá a garantia prestada e os valores das faturas correspondentes a 1 (um) mês de serviço, podendo utilizá-los para o pagamento direto aos trabalhadores no caso de a empresa não efetuar os pagamentos em até 2 (dois) meses do encerramento da vigência contratual.*

PARÁGRAFO SEXTO - A existência de registro no SICAF de aplicação de penalidade à empresa CONTRATADA por órgão da Administração Pública não obsta o pagamento.*

PARÁGRAFO SÉTIMO - Os pagamentos a serem efetuados em favor da contratada, quando couber, estarão sujeitos à retenção, na fonte, dos seguintes tributos:*

I - Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, e Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP, na forma da Instrução Normativa RFB no 1.234, de 11 de janeiro de 2012, conforme determina o art. 64 da Lei no 9.430, de 27 de dezembro de 1996;*

II - contribuição previdenciária, correspondente a onze por cento, na forma da Instrução Normativa RFB no 971, de 13 de novembro de 2009, conforme determina a Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991; e*

III - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, na forma da Lei Complementar no 116, de 31 de julho de 2003, combinada com a legislação municipal e/ou distrital sobre o tema.*

PARÁGRAFO OITAVO* - A CONTRATADA optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações posteriores, fica dispensada das retenções, conforme dispuser as normas vigentes.

PARÁGRAFO NONO* - Fica a CONTRATADA obrigada a informar qualquer alteração de sua condição de optante pelo SIMPLES.

PARÁGRAFO DÉCIMO - Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, que venha a ser contratada para a prestação de serviços mediante cessão de mão de obra não poderá beneficiar-se da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo as exceções previstas no § 5º C do art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.*

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Fura efeito de comprovação do disposto no Parágrafo anterior, a contratada deverá apresentar cópia do ofício, enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.*

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO* - As notas fiscais/faturas serão obrigatoriamente atestadas, pelo servidor do INSS designado para acompanhar e fiscalizar os serviços, desde que os mesmos tenham sido executados a contento, sem o que não poderá ser feito o pagamento correspondente.



21



PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO* - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA antes de paga ou relevada a multa que lhe tenha sido aplicada.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO* - O CONTRATANTE pode deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos deste Contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO* - Ocorrendo atraso no pagamento, haverá compensação financeira sobre o valor devido, desde que para tanto a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma e que por essa seja requerida, à base de 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação da fórmula demonstrada a seguir, para o período compreendido entre a data prevista para o adimplemento da obrigação e a data do efetivo pagamento:

EM = I x N x VP onde:

EM = encargos moratórios;

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = valor da parcela em atraso;

TX = percentual da taxa de juros de mora anual;

I = índice de atualização financeira:

$I = \frac{(TX/100)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$

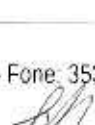
PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO - O INSS não estará sujeito à compensação financeira a que se refere o parágrafo anterior, se o atraso decorrer da prestação irregular dos serviços ou com ausência total ou parcial de documentação hábil, ou pendente de cumprimento pela CONTRATADA de quaisquer das cláusulas do Contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO - Os valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores da contratada serão depositados pela Administração em conta vinculada específica, conforme o disposto no art. 19-A e Anexo VII da Instrução Normativa/SLTI/MP nº 2/2008 e somente serão liberados para o pagamento das verbas de que trata e nas seguintes condições:*

- a) parcial e anualmente, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário dos empregados vinculados ao contrato, quando devido;*
- b) parcialmente, pelo valor correspondente às férias e a um terço de férias previsto na Constituição, quando do gozo de férias pelos empregados vinculados ao contrato;*
- c) parcialmente, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário proporcional, férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS, quando da dispensa de empregado vinculado ao contrato; e*
- d) ao final da vigência do contrato, para o pagamento das verbas rescisórias.*

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO - O saldo existente na conta vinculada apenas será liberado com a execução completa do contrato, após a comprovação, por parte da empresa, da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.

PARÁGRAFO DÉCIMO NONO - O disposto nos parágrafos anteriores somente se aplica após a Administração adotar o sistema de conta vinculada para o provisionamento das verbas descritas no Parágrafo Décimo Sétimo, conforme regulamentado pela IN SLTI/MP nº



02/2008, com suas alterações, quando os respectivos valores passarão a ser descontados da Nota Fiscal da CONTRATADA, que neste ato autoriza tal procedimento.*

PARÁGRAFO VIGÉSIMO - A CONTRATADA autoriza o INSS a fazer o desconto nas faturas e a realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando estes não forem adimplidos, sem prejuízo das sanções cabíveis e a reter, a qualquer tempo, a garantia na forma prevista na Cláusula Sexta deste Contrato.*

PARÁGRAFO VIGÉSIMO PRIMEIRO - Quando não for possível a realização dos pagamentos a que se refere o parágrafo anterior pelo INSS, esses valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS.*

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

Este Contrato poderá ser alterado, nas hipóteses previstas no artigo 65 da Lei nº 8.666/1993, desde que haja interesse do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA, em decorrência de aumento ou diminuição quantitativa do objeto licitado, e obedecendo-se as condições inicialmente previstas no Contrato, ficará obrigada a aceitar os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários à execução dos serviços até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Fica facultada, entretanto, a supressão além do limite acima estabelecido, mediante consenso entre os contratantes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA REPACTUAÇÃO

É admitida a repactuação deste Contrato, desde que seja observado o interregno mínimo de um ano, contado das datas dos orçamentos aos quais a proposta se referir, admitindo-se como termo inicial, a data do acordo, convenção, dissídio coletivo de trabalho vigente à época da apresentação da proposta e da data limite para a apresentação da proposta em relação aos demais insumos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quanto forem necessárias em respeito ao princípio da anualidade do reajuste dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data de início dos efeitos financeiros da última repactuação da respectiva parcela.

PARÁGRAFO TERCEIRO - As repactuações serão precedidas de solicitação da CONTRATADA, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e do novo acordo convenção

ou dissídio coletivo que fundamenta a repactuação, para a variação dos custos relativos à mão de obra vinculada à data base da categoria.*

PARÁGRAFO QUARTO – A solicitação da contratada de repactuação dos custos envolvendo insumos e materiais somente poderá ser deferida após o período de um ano, contado da data limite para a apresentação da proposta, utilizando-se, para tanto, Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE e aplicando-se a seguinte fórmula:*

$R = V \times I$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor constante da proposta;

I = Índice acumulado dos últimos 12 meses contados da data da apresentação da proposta.

PARÁGRAFO QUINTO – As repactuações de insumos e materiais, descritas no parágrafo anterior, subsequentes à primeira, serão efetuadas apenas quando se completarem períodos múltiplos de um ano, contados sempre da última repactuação de insumos e materiais.*

PARÁGRAFO SEXTO – No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o INSS pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.*

PARÁGRAFO SÉTIMO – Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos insumos diversos será, obrigatoriamente, o definitivo.*

PARÁGRAFO OITAVO – Caso o índice estabelecido para a repactuação de insumos e materiais venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

PARÁGRAFO NONO – Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos insumos e materiais, por meio de termo aditivo.*

PARÁGRAFO DÉCIMO – Independentemente do requerimento de repactuação dos custos com insumos e materiais, o INSS verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor com o objetivo de manter-se o equilíbrio econômico-financeiro da contratação e promoverá a redução dos valores correspondentes.*

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - As repactuações a que a CONTRATADA fizer jus e não forem solicitadas durante a vigência do contrato serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do Contrato.*

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.*

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - A repactuação será formalizada por meio de apostilamento ou termo aditivo, salvo quando coincidir com a prorrogação contratual, quando será formalizada somente por meio de Termo Aditivo ao contrato vigente.*

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - As repactuações relativas aos custos de mão de obra vinculados à data base de cada categoria serão efetuadas somente com fundamento em Convenção, Acordo Coletivo de Trabalho, Sentença Normativa, ou por força de lei.*

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - A repactuação não interfere no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.*

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS PENALIDADES

Com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, bem como no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002, a CONTRATADA, no curso da execução do Contrato, estará sujeita às seguintes penalidades, garantidos o contraditório e a prévia e ampla defesa:

- a) advertência, com fundamento no art. 87, I, da Lei nº 8.666/1993;*
- b) multa, com fundamento no art. 7º, da Lei nº 10.520/2002 e art. 87, III, da Lei nº 8.666/1993;*
- c) impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Federal e descredenciamento do SICAF pelo prazo de até 5 (cinco) anos, com fundamento no art. 7º, da Lei nº 10.520/2002;*
- d) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o INSS, por prazo não superior a 2 (dois) anos, com fundamento no art. 87, III, da Lei nº 8.666/1993;*
- e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, com fundamento no art. 87, IV, da Lei nº 8.666/1993.*

I – Os valores da multa pela ocorrência de atraso injustificado na execução do objeto, assim considerado pelo CONTRATANTE, hipótese em que responderá pela inexecução parcial ou total do Contrato, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades e das responsabilidades civil e criminal, são: *

- a) 0,16% (zero virgula dezesseis por cento) ao dia sobre o valor mensal do contrato, limitada a incidência a 15 (quinze) dias;
- b) 5% (cinco por cento) sobre o valor mensal do contrato, em caso de atraso por período superior ao previsto na alínea anterior até 30 (trinta) dias, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
- c) 10% (dez por cento) sobre o valor mensal do contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida, podendo ainda ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nesta hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

II – na ocorrência das infrações identificadas na tabela 1, abaixo:

a) multa, de acordo com os graus atribuídos, conforme a tabela 2 a seguir, que indicarão o respectivo percentual da penalidade:

Tabela 1

ITEM	INFRAÇÃO	GRAU
	DESCRIÇÃO	
01	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	06
02	Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	05
03	Manter empregado sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
04	Permitir a presença de empregado sem uniforme, com uniforme manchado, sujo, mal apresentado ou sem crachá, por empregado e por ocorrência;	01
05	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
Para os itens a seguir, deixar de:		
06	Zelar pelas instalações do INSS utilizadas, por item e por dia;	03
07	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por empregado e por dia;	01
08	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
09	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades, por funcionário e por dia;	01
10	Entregar os salários, vales-transporte ou ticket-refeição nas datas avençadas, por ocorrência e por dia, até o limite de 15 (quinze) dias;*	01
11	Efetuar a reposição de funcionários faltosos, por funcionário e por dia; (em unidades com mais de 1 servente alocado)	07
12	Efetuar a reposição de funcionários faltosos, por funcionário e por dia; (em unidades com apenas 1 servente alocado)	08
13	Fornecer EPI's (Equipamentos de Proteção Individual), quando exigido em lei ou convenção, aos seus empregados e de impor penalidades àqueles que se negarem a usá-los, por empregado e por ocorrência;	02
14	Fornecer 02 (dois) uniformes completos e adequados às diferentes condições climáticas, anualmente, por funcionário e por ocorrência;	02
15	Efetuar o pagamento de salários, seguros, encargos fiscais e sociais, bem assim quaisquer despesas diretas ou indiretas relacionadas à execução deste Contrato, por dia e por ocorrência;	04
16	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, por item e por ocorrência;	01
17	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	02
18	Apresentar comprovação de entrega tempestiva de sua comunicação de exclusão do SIMPLES Nacional ao INSS;	02
19	Efetuar o pagamento do salário, do vale-transporte e do auxílio alimentação ou de recolher as contribuições sociais e previdenciárias, quando o inadimplemento perdurar por mais de 15 (quinze) dias, por ocorrência;*	6
20	Recolher as contribuições sociais da Previdência Social em relação aos seus empregados alocados na prestação dos serviços, por ocorrência e por dia;	2
21	Recolher o FGTS dos seus empregados, por ocorrência e por dia;	2
22	Oferecer os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos.	2

Tabela 2

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
01	0,2% por dia sobre o valor mensal do Contrato
02	0,4% por dia sobre o valor mensal do Contrato
03	0,8% por dia sobre o valor mensal do Contrato
04	1,6% por dia sobre o valor mensal do Contrato
05	3,2% por dia sobre o valor mensal do Contrato
06	4,0% por dia sobre o valor mensal do Contrato
07	2,5% por dia sobre o valor mensal do Contrato, a ser calculado sobre a parte não cumprida (parte inadimplida) pela CONTRATADA.

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
08	5,0% por dia sobre o valor mensal do Contrato, a ser calculado sobre a parte não cumprida (parte inadimplida) pela CONTRATADA.

III - Eventual desistência da CONTRATADA após sua expressa manifestação de interesse na prorrogação contratual ensejará a aplicação de pelo INSS, multa de 5% (cinco por cento) do valor global do Contrato, sem prejuízo das demais penalidades e responsabilidade civil pelos prejuízos causados ao interesse público.*

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As sanções previstas nas alíneas "a", "c", "d" e "e" desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea "b", facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da notificação, elevando-se o prazo para 10 (dez) dias úteis, no caso da penalidade prevista na alínea "e".*

PARÁGRAFO SEGUNDO - Em caso de reincidência específica na infração de grau 06 prevista no item II, Tabela 2 desta Cláusula, a CONTRATADA estará sujeita à multa de 10% (dez por cento), ao dia, do valor mensal do Contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Na hipótese de reincidência específica, pela segunda vez, nas infrações de graus 05 e 06 previstas no item II, Tabela 2 desta Cláusula, restará caracterizada a inexecução parcial do Contrato e, em nova reincidência, inexecução total do Contrato, ensejando a rescisão unilateral da avença.

PARÁGRAFO QUARTO - O valor da multa aplicada deverá ser recolhido na Seção de Orçamento, Finanças e Contabilidade do CONTRATANTE, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da notificação, ou será descontado por ocasião do pagamento a ser efetuado pelo INSS, podendo ainda ser descontado da garantia oferecida ou cobrado judicialmente.

PARÁGRAFO QUINTO - As penalidades somente poderão ser relevadas nos casos para os quais a CONTRATADA não tenha, de qualquer forma, concorrido ou dado causa, devidamente comprovados por escrito e aceitos pelo CONTRATANTE.

PARÁGRAFO SEXTO - A CONTRATADA deverá comunicar ao CONTRATANTE os casos de que trata o item anterior, dentro do prazo de 02 (dois) dias consecutivos contados de sua verificação e apresentar os documentos da respectiva comprovação, em até 05 (cinco) dias consecutivos a partir da data de sua ocorrência, sob pena de não serem considerados.

PARÁGRAFO SÉTIMO - O CONTRATANTE, no prazo máximo de até 05 (cinco) dias consecutivos, contados do recebimento dos documentos de comprovação mencionados no Parágrafo Sexto, deverá aceitar ou recusar os motivos alegados, oferecendo por escrito as razões de sua eventual aceitação ou recusa.

PARÁGRAFO OITAVO - A aplicação das sanções previstas neste Contrato não afeta os processos de responsabilização e aplicação de penalidades decorrentes atos ilícitos alcançados pela LEI Nº 12.846, DE 1º DE AGOSTO DE 2013.*

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA RESCISÃO

A inexecução total ou parcial deste Contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/1993.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A rescisão deste Contrato pode ser:



a) determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/1993, notificando-se a CONTRATADA com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, salvo quanto ao inciso XVII;

b) amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE; ou

c) judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A rescisão administrativa ou amigável deve ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Os casos de rescisão contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

PARÁGRAFO QUARTO - A rescisão deverá ser acompanhada do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos, da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos e das indenizações e multas.

PARÁGRAFO QUINTO - O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pelo contratado poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.*

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E À PROPOSTA

I - O presente Contrato fundamenta-se:

a) na Lei nº 10.520/2002, no Decreto nº 5.450/2005 e na IN nº 02/2008;

b) subsidiariamente, na Lei nº 8.666/1993;

c) na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, no que couber.

II - O presente Contrato vincula-se aos termos:

a) do Edital do Pregão Eletrônico nº 09/2014, e seus anexos, constante do processo nº 35335.000283/2014-04.

b) da proposta vencedora da CONTRATADA;

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO


A publicação do presente Contrato deverá ser providenciada, em extrato, tanto no Diário Oficial da União, como no Boletim de Serviço do INSS, até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo máximo de até 20 (vinte) dias, na forma prevista no parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO


Fica eleito o foro da Subseção Judiciária de Porto Velho, Seção Judiciária da Justiça Federal de Rondônia, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Contrato, com exclusão de qualquer outro.

E para firmeza e prova de assim haverem, entre si, ajustado e contratado, é lavrado o presente Contrato, em 03 (três) vias, de igual teor e forma, cujo extrato fica registrado no Livro Especial do CONTRATANTE, de acordo com o artigo 60 da Lei nº 8.666/1993, o qual, depois de lido, é assinado pelas partes contratantes e pelas testemunhas, abaixo nomeadas.

Porto Velho, 19 de dezembro de 2014.



PELO CONTRATANTE
MÁRCIA CRISTINA PINTO
Gerente Executiva do INSS em
Porto velho/RO
PT INSS/DF/302/2008




PELA CONTRATADA
ELLEN RUBIA PEREIRA DE OLIVEIRA
Proprietário da empresa E.R.P. DE
OLIVEIRA & CIA LTDA – ME

TESTEMUNHAS:



ASSINATURA CPF/MF
Matrícula: 1781665



ASSINATURA CPF/MF
Mat 0752249

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 39/2014

PROCESSO Nº 35335.000283/2014-04

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2014

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 39/2014, QUE ENTRE SI CELEBRAM O INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL- INSS, ATRAVÉS DE SUA GERÊNCIA EXECUTIVA PORTO VELHO/RO E A EMPRESA E.R.P. DE OLIVEIRA & CIA LTDA – ME, PARA A PRORROGAÇÃO CONTRATUAL.

O INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, Autarquia Federal vinculada ao Ministério da Previdência Social - MPS, criado, na forma da autorização legislativa contida no art. 17 da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, e reestruturado conforme determinação contida no Decreto nº 7.556, de 24 de agosto de 2011, inscrito no CNPJ/MF sob nº 29.979.036/0012-01, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, por meio de sua Gerência Executiva em Porto Velho/RO, com sede na Av. Campos Sales nº 3132 – Olaria, na cidade de Porto Velho, Estado de Rondônia, neste ato representado pelo(a) seu(ua) Gerente Executivo, Sr.^a **MÁRCIA CRISTINA PINTO**, designada pela Portaria/INSS/DF nº 302, publicado no DOU nº 187, de 26.09.2008, combinado com o inciso XI, do artigo 1º da Portaria/INSS/PRES nº 1.003, de 17.10.2008, portadora da Cédula de Identidade/RG nº 13.018.040 SSP/SP e CPF nº 056.397.938-05, e a empresa E.R.P. DE OLIVEIRA & CIA LTDA – ME, com sede na Av. Farquar, nº 3470, Bairro: Pedrinhas, na cidade de Porto Velho, Estado de Rondônia, inscrita no CNPJ/MF nº 10.927.661/0001-10, representada neste ato pela sua Proprietária, Sr.^a **ELLEN RUBIA PEREIRA DE OLIVEIRA**, portadora da Cédula de Identidade RG nº 4.537.531, expedida por SSP/GO e CPF/MF nº 751.613.702-20, RESOLVEM celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 39/2014, iniciado em 21/12/2014, de conformidade com o disposto no Inciso II, Art. 57 da Lei nº 8.666/93 e alterações e jurisprudência do TCU, ficando mantidas as demais cláusulas e condições do contrato ora aditado mediante as cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO – O presente instrumento tem por objeto a prorrogação do contrato por mais 12 (doze) meses.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO – O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pelos serviços prestados, o valor mensal de R\$ 141.130,27 (cento e quarenta e um mil, cento e trinta reais e vinte e sete centavos), com valor global, até 20/12/2017, de R\$ 1.693.563,24 (um milhão, seiscentos e noventa e três mil, quinhentos e sessenta e três reais e vinte e quatro centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA – O prazo de vigência deste termo aditivo será de 21/12/2016 a 20/12/2017.

CLÁUSULA QUARTA – DO EMPENHO DA DESPESA – Os recursos necessários ao atendimento da despesa estão regularmente inscritos na Nota de Empenho nº 2016NE800687, de 09/12/2016, no valor de R\$ 141.130,27 (cento e quarenta e um mil, cento e trinta reais e vinte e sete centavos) devendo ser reforçado, quando necessário.


CLÁUSULA QUINTA – DA GARANTIA – Para assegurar o integral cumprimento de todas as obrigações contratuais assumidas, inclusive indenização a terceiros e multas eventualmente aplicadas, a CONTRATADA prestará garantia em favor do CONTRATANTE no valor total de R\$ 84.678,16 (oitenta e quatro mil, seiscentos e setenta e oito reais e dezesseis centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, R\$ 1.189.146,36, conforme Parágrafo 1º do Art. 56 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA SEXTA – DA RATIFICAÇÃO – Ficam ratificadas as demais Cláusulas e condições do Contrato ora aditado, que não estejam expressamente modificadas pelo presente instrumento.


CLÁUSULA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO – A publicação do presente Termo Aditivo, deverá ser providenciada em extrato, no Diário Oficial da União até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data, conforme Parágrafo Único do Art. 61 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLAUSULA OITAVA - DO FORO – Fica eleito o Foro de Porto Velho/RO, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento contratual. Fica firmado e com prova de assim haver entre si ajustado, contratado e lavrado o presente termo aditivo em 03 (três) vias de igual teor e forma, cujo extrato fica registrado no livro especial do CONTRATANTE, de acordo com o Artigo 60, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, o qual depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes, abaixo nomeadas.

Porto Velho/RO, 19 de dezembro de 2016.



MÁRCIA CRISTINA PINTO
Gerente Executiva do INSS
Porto Velho/RO



ELLEN RUBIA PEREIRA DE OLIVEIRA
Proprietária da empresa E.R.P. DE OLIVEIRA &
CIA LTDA – ME

TESTEMUNHAS:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:



**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NORTE/CENTRO-
OESTE EM BRASÍLIA**
GERÊNCIA EXECUTIVA - A - EM BELÉM

**RESULTADO DE JULGAMENTO
TOMADA DE PREÇOS Nº 1/2016**

A comissão de licitação designada pela P/ANSS/GEREXE-
A nº 35/2016, após análise das propostas de preços, resolveu classificar
todas as participantes e no final declarar vencedora do certame, por
apresentar o menor preço, empresa MIPPEC OBRUTÕES E CO-
MERCIO, CNPJ nº 21.998.940/0001-04 no valor total de
R\$198.813,96.

NORMANDO FERREIRA DA SILVA
P/Comissão

(SICOM - 21/12/2016) 512006-57202-2016N0000041

GERÊNCIA EXECUTIVA - B - EM GOIÂNIA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 30/2016 - UASG 510405

Nº Processo: 35069000870201661. PREGÃO SRP Nº 4/2016. Con-
tratante: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - CNPJ
Contratado: 7812695000316. Contratado: MICROSENS LTDA -
Objeto: Aquisição de material de informática, peças, insumos, im-
pressão de impressora e papel A4, para atender a GEXGOI. Fun-
damento Legal: Art. 15 da Lei nº 8.666/93 e Art. 6º Decreto nº
7.892/2013. Vigência: 05/12/2016 a 04/12/2017. Valor Total:
R\$12.250,00. Fonte: 118039008 - 2016N0000029. Data de Assin-
tura: 05/12/2016.

(SICOM - 21/12/2016) 512006-57202-2016N0000001

EXTRATO DE CONTRATO Nº 31/2016 - UASG 510405

Nº Processo: 35069000877201666. PREGÃO SRP Nº 4/2016. Con-
tratante: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - CNPJ
Contratado: 7812695000316. Contratado: MICROSENS LTDA -
Objeto: Aquisição de material de informática, peças, insumos, im-
pressão de impressora e papel A4, para atender a GEXGOI. Fun-
damento Legal: Art. 15 da Lei nº 8.666/93 e Art. 6º Decreto nº
7.892/2013. Vigência: 05/12/2016 a 04/12/2017. Valor Total:
R\$12.250,00. Fonte: 118039008 - 2016N0000029. Data de Assin-
tura: 05/12/2016.

(SICOM - 21/12/2016) 512006-57202-2016N0000001

EXTRATO DE CONTRATO Nº 32/2016 - UASG 510405

Nº Processo: 35069000870201649. PREGÃO SRP Nº 7/2016. Con-
tratante: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - CNPJ
Contratado: 0282842000108. Contratado: JULIANA BRUZZI
HIGUE, NASCIMENTO ME. Objeto: O presente contrato tem por
objeto a aquisição de material na linha de endóscopio, polímeros e solas
para INSS, conforme especificações, quantitativos estabelecidos no
Termo de Referência, Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº
07/2016, com a finalidade de atender às necessidades da GEXGOI e
unidades vinculadas. Fundamento Legal: Lei 8082/2002, Lei
8666/1993. Vigência: 08/12/2016 a 08/12/2017. Valor Total:
R\$143.885,96. Fonte: 118039008 - 2016N0000024. Data de Assin-
tura: 08/12/2016.

(SICOM - 21/12/2016) 512006-57202-2016N0000001

GERÊNCIA EXECUTIVA - B - EM MANAUS

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Considerando a devolução pelas Correias do Ofício de De-
fesa encaminhado pelo INSS ao endereço constante no Cadastro do
Sistema Único de Benefícios, devido a não localização do(a) be-
nefício(a) procurador(a) representante legal ou que o endereço
constante no cadastro do Sistema Único de Benefícios está incompleto
impedindo a emissão de correspondência e em cumprimento ao
disposto no artigo 11 da Lei 8.666, de 04/07/2003 e, em respeito ao
princípio da contraditório, facultamos o(a) interessado(a) abstar re-
lacionado(s), o prazo de 10 dias, a partir de 15 (quinze) dias da data
da publicação do edital, para apresentar(s) defesa escrita, provar os
documentos de que dispuser(em), objetivando demonstrar a regu-
laridade do benefício, que caso não se confirme poderá ocasionar um
valor a ser ressarcido ao INSS anulando o(a) relação de a seguir,
podendo ainda ser vista no dossiê relativo ao assunto comunicado, na
Gerência Executiva do INSS em Manaus/AM - Monitoramento Ope-
racional de Benefícios, Av. 7 de Setembro nº 280 - 5ª andar - Sala
105 - Centro, cidade de Manaus/AM.

INTERESSADOS:

LUIZ CARLOS LIMA DO NASCIMENTO - NR
31/032.565.546 - VALOR R\$ 11.948,00
ALZENOIRA CANOVARRO DOS SANTOS - NR
85/129.508.248 - VALOR R\$ 92.352,00

RONALDO SOUZA DA SILVA

Coordenador de Monitoramento Operacional de Benefícios

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/interacao/interacao>,
pelo código 0001701612200120.

GERÊNCIA EXECUTIVA - B - EM PALMAS
**SEÇÃO DE LOGÍSTICA. LICITAÇÕES
E CONTRATOS B ENGENHARIA**

**RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO Nº 9/2016**

A comissão de licitação constituída pela P/DEEX/INSS-TO
Nº 27 de 10/02/2016, torna pública o resultado de julgamento das
propostas e documentos de habilitação apresentados no Pregão
09/2016 cujo objeto é a contratação de empresa especializada para a
instalação de ar condicionado tipo split, nos tetos do edifício e seus
anexos. Empresas vencedoras: TERMOSENTE MANUTENÇÕES E
INSTALAÇÕES ME, área 01, 02, 03 e 04, valor total de R\$
136.732,96 (cento e trinta e seis mil, setecentos e cinquenta e dois
reais e noventa e seis centavos); ZOCHE ODEBADO & SILVA
LTD-ME, área 05, no valor de R\$ 38.417,88 (trinta e oito mil,
quatrocentos e dez reais e oitenta e oito centavos).

RONALDO ARAÚJO
Chefe

(SICOM - 21/12/2016) 512006-57202-2016N0000019

GERÊNCIA EXECUTIVA - B - EM PORTO VELHO
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 3/2016 - UASG 512005

Número do Contrato: 39/2014. Nº Processo: 5133500083261404
PREGÃO SRP Nº 3/2014. Contratante: INSTITUTO NACIONAL
DO SEGURO SOCIAL - CNPJ Contratado: 1992766000119. Con-
tratado: U.B.F. DE OLIVEIRA & CIA LTDA - EPP-Objeto: Per-
missão contratual por mais 12 (doze) meses. Fundamento Legal:
Lei nº 11. Art. 17 da Lei 8666/93 e alterações. Vigência: 21/12/2016 a
20/12/2017. Valor Total: R\$1.663.563,34. Fonte: 250570202 -
2016N000087. Data de Assinatura: 19/12/2016.

(SICOM - 21/12/2016) 512005-57202-2016N0000019

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL SUDESTE I EM
SÃO PAULO**
GERÊNCIA EXECUTIVA - A - SÃO PAULO - LESTE

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2016 - UASG 511341

Número do Contrato: 35/2015.
Nº Processo: 35465000200201568.
PREGÃO SRP Nº 6/2015. Contratante: INSTITUTO NACIONAL
DO SEGURO SOCIAL - CNPJ Contratado: 195606000136. Con-
tratado: S. C. SEGURANÇA E MONITORAMENTO LTDA. Ob-
jeto: Permissão de prazo de vigência contratual por mais um pe-
ríodo de 12 (doze) meses a contar de 28/12/2016 para o serviço de
vigilância desarmada. Fundamento Legal: Lei 10520/02, Decreto
3455/03 e subseqüente Lei nº 8666/93 e alterações posteriores.
Vigência: 28/12/2016 a 28/12/2017. Valor Total: R\$1.486.782,00.
Fonte: 250570202 - 2016N0000489. Data de Assinatura:
30/12/2016.

(SICOM - 21/12/2016) 512006-57202-2016N0000000

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 2/2016 - UASG 511341

Número do Contrato: 35/2014.
Nº Processo: 35465000200201568.
PREGÃO SRP Nº 6/2014. Contratante: INSTITUTO NACIONAL
DO SEGURO SOCIAL - CNPJ Contratado: 195606000136. Con-
tratado: CIBRAM ENGENHARIA EPP EPP - Objeto: Per-
missão de prazo de vigência contratual por mais um período de
12 (doze) meses, a contar de 29/12/2016, dos serviços de manuten-
ção predial, de caráter preventivo e corretivo, comorbância de raça,
nos prédios administrados pela Gerência Executiva São Paulo - Leste.
Fundamento Legal: Lei 10520/2002, Decreto nº 5451/2005 e Lei
8666/93 e ALTERAÇÕES POSTERIORES. Vigência: 29/12/2016 a
29/12/2017. Valor Total: R\$514.882,00. Fonte: 100000000 -
2016N0000485. Data de Assinatura: 16/12/2016.

(SICOM - 21/12/2016) 512006-57202-2016N0000000

EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO

Considerando a devolução pelas Correias do Ofício de Co-
brança encaminhado pelo INSS ao endereço constante do Cadastro do
Sistema Único de Benefícios, devido a não localização do be-
nefício no endereço incompleto constante do Cadastro do Sistema
Único de Benefícios, em cumprimento ao disposto no art. 11, da Lei
10.666, de 05/03 e no art. 15 do Regulamento da Previdência Social
aprovado pelo Decreto 3.245, de 05/09, facultamos aos interessados
abstar o(a) relação de a seguir, o prazo de 10 dias, a contar da data de
publicação deste edital, para se manifestarem sobre o ressarcimento aos
cofres públicos dos valores recebidos indevidamente, bem como vista
na posse de cobrança na Agência da Previdência Social em São
Paulo - Leste, no Rua Euclides Paes, 463 - Tatuapé, São Pau-
lo/SP, no horário das 9:30 às 17:00, onde os mandado o seu benefício
Arbitragem que o não ressarcimento dos valores será objeto de me-
dição jurídica necessária pelo INSS, visando à restituição de im-
portâncias vinculadas indevidamente, com possibilidade de inclusão do
nome do devedor no Cadastro Informativo dos Devedores do Estado
do São Paulo Federal - CADEN.

Almeida de Freitas Lacerda, NR 34/135.272.068-7, R\$
20839,63

Jane Martins da Silveira Campos, NR 42/121.583.198-3, R\$
51.157,86

João Luis Corvino Lacerda, NR 31/341.710.160-0, R\$
20051,39.

Considerando a devolução pelas Correias do Ofício de defesa
encaminhado pelo INSS ao endereço constante do Cadastro do Sis-
tema Único de Benefícios, devido a não localização do beneficiário
no endereço incompleto constante do Cadastro do Sistema Único de
Benefícios, em cumprimento ao disposto no art. 11, da Lei 10.666, de
05/03 e, em respeito ao princípio da contraditório, facultamos o(a)
interessado(a) abstar o(a) relação de a seguir, o prazo de 10 dias, a partir de 15
dias da data da publicação do edital, para apresentar(s) defesa
escrita, provar os documentos de que dispuser(em), objetivando de-
monstrar a regularidade de concessão, manutenção e/ou pagamento
dos benefícios relacionados(s), que, caso não se confirme, poderá
ocasionar um valor a ser ressarcido ao INSS, anulando o(a) relação
ainda ser vista no dossiê relativo ao assunto comunicado na Agência
da Previdência Social em São Paulo - Leste, Rua Euclides Paes, 463 -
Tatuapé - São Paulo/SP - CEP: 03351-000, onde está
mandado o seu benefício.

Marcelo Francisco dos Santos Vieira, NR 31/115.824.809-8

Orlando dos Santos Souza, NR 21/116.198.647-7

Luciana Daltro dos Santos, NR 21/118.183.766-4

Maria Lurácia Silva Souza, NR 21/118.193.449-1

Nelson Carlos da Costa Souza, NR 21/118.181.679-3

Viviane Jorge Furtado, NR 22/118.968.849-5

Leandro Alves Dias, NR 35/120.362.200-1

Neuma Cristina de Oliveira Moraes, NR 21/121.319.243-8

Rita de Cássia Ambrosio Basso, NR 21/121.319.800-5

Ana Rosa Dias Dutra, NR 21/122.522.370-0

Giovanna Alves Santos, NR 21/122.593.835-7

Maria Leonilda da Silva, NR 21/122.642.004-0

Jonatan da Silva Severina, NR 21/123.475.690-6

Daniel Giovanni Santos Gonzaga, NR 21/123.630.012-0

Considerando a devolução pelas Correias do Ofício de Re-
curso encaminhado pelo INSS ao endereço constante do Cadastro do
Sistema Único de Benefícios, devido a não localização do segurado
no endereço incompleto constante do Cadastro do Sistema Único de
Benefícios, em cumprimento ao disposto no art. 11, da Lei 10.666, de
05/03 e, em respeito ao princípio da contraditório, facultamos o(a)
interessado(a) abstar o(a) relação de a seguir, o prazo de 10 dias, a partir de 15
dias da data da publicação do edital, para apresentar(s) defesa
escrita, provar os documentos de que dispuser(em), objetivando de-
monstrar a regularidade de concessão, manutenção e/ou pagamento
dos benefícios relacionados(s), que, caso não se confirme, poderá
ocasionar um valor a ser ressarcido ao INSS, anulando o(a) relação
ainda ser vista no dossiê relativo ao assunto comunicado na Agência da
Previdência Social em São Paulo - Leste, Rua Euclides Paes, 463 -
Tatuapé, São Paulo/SP, no horário das 9:30 às 17:00, onde está
mandado o seu benefício.

Ronaldo Henrique Boscariol, NR 21/133.015.264-9, Valor R\$

93.563,50

Luciécio Mariano Vieira, NR 31/538.688.083-0, Valor R\$

13.689,90

RONALDO SOUZA DA SILVA

Coordenador de Monitoramento Operacional de

Benefícios

GERÊNCIA EXECUTIVA - B - ARARAQUARA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 52/2016 - UASG 511352

Nº Processo: 3566400080201640.
PREGÃO SRP Nº 2/2016. Contratante: INSTITUTO NACIONAL
DO SEGURO SOCIAL - CNPJ Contratado: 0876669000174. Con-
tratado: METHANIO FARMACEUTICA DO BRASIL LTDA -
EPP. Objeto: Aquisição de material de consumo, qual seja, abrevia-
do de língua desentável, para atender às necessidades da Gerência Exe-
cutiva do INSS em Araraquara e unidades vinculadas. Fundamento
Legal: Lei Complementar 123/06, Lei 8666/93, Lei 10.520/02, De-
creto 7892/13 e demais normas pertinentes. Vigência: 16/12/2016 a
15/02/2017. Valor Total: R\$53,77. Fonte: 250570202 -
2016N000044. Data de Assinatura: 16/12/2016.

(SICOM - 21/12/2016) 512005-57202-2016N0000000

EXTRATO DE CONTRATO Nº 55/2016 - UASG 511352

Nº Processo: 3566400080201640.
PREGÃO SRP Nº 2/2016. Contratante: INSTITUTO NACIONAL
DO SEGURO SOCIAL - CNPJ Contratado: 1375911000109. Con-
tratado: LICA LICIT - EIRELI - EPP - Objeto: Aquisição de ma-
terial permanente (material cirúrgico e material clínico) para atender às
necessidades da Gerência Executiva do INSS em Araraquara e un-
idades vinculadas. Fundamento Legal: Lei Complementar 123/06, Lei
8666/93, Lei 10.520/02, Decreto 7892/13 e demais normas per-
tinentes. Vigência: 16/12/2016 a 15/02/2017. Valor Total: R\$11.050,00.
Fonte: 118039008 - 2016N000024. Data de Assinatura:
18/12/2016.

(SICOM - 21/12/2016) 512006-57202-2016N0000000

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/04/2004, que institui a
Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.